



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638307 - SC (2021/0000600-0)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : JOSÉ OSNIR RONCHI
ADVOGADO : JOSÉ OSNIR RONCHI - SC021698
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : LUCAS GOEDERT LOURENCO (PRESO)
CORRÉU : EDGAR PINHEIRO
CORRÉU : SABRINA GABRIELA KAVIKIONI
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCAS GOEDERT LOURENCO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n. 5039400-92.2020.8.24.0000).

O paciente foi preso em flagrante no dia 4/11/2020, pelo cometimento, em tese, dos crimes tipificados nos arts. 33 e 35, da Lei n. 11.343/2006. A prisão em flagrante foi convertida em preventiva no dia 5/11/2020.

O impetrante alega em síntese, que "as provas colhidas por meio de ingresso na residência do paciente sem ordem judicial são ilícitas. Essas, igualmente, serviram como único subsídio para a Acusação aprumar suas linhas na peça inicial acusatória. Afirmamos a ilicitude da prova em decorrência de colisão a preceitos constitucionais claros, o que será melhor abordado nas linhas ulteriores. O Magistrado de piso, não apontara minimante fatos concretos que justificassem a real necessidade da medida judicial aqui combatida. Ao contrário disso, limitou-se a reportar-se aos argumentos superficiais declinados pela Autoridade Policial, de 'que Lucas teria dito aos policiais que estava guardando drogas para Edgar para pagar uma dívida', o que não é verdade e a instrução processual provará isso. " (fl. 11)

Aduz, que " diante de todo apresentado, percebe-se que a situação se enquadra na hipótese de prisão domiciliar, tendo em vista o risco iminente do covid-19, por ser uma questão de humanidade a concessão da prisão domiciliar, conforme recomendação nº 62/2020 do CNJ, o art. 1º, III da CF/88 e o art. 317, II do CPP. Face ao exposto, vem o causídico requerer a Vossa Excelência a concessão da SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA PELA PRISÃO DOMICILIAR, em face da doença apresentada que afastou o acusado de suas funções funcionais para tratamento de saúde, tendo em vista a

PANDEMIA da COVID-19 (novo coronavírus), com o recolhimento do detento LUCAS em sua residência, em razão de sua limitada condição física, conforme verificada na documentação anexa. " (fl. 25)

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva ou a concessão de prisão domiciliar, em decorrência da doença apresentada pelo paciente. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja anulada todas as provas obtidas ilicitamente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com relação ao risco de covid a matéria não foi apreciada no acórdão impugnado. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confirma-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente